



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LINDALVA FERREIRA DA SILVA

**OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Análise do CMEI Chapeuzinho Vermelho, Itaituba/PA**

LINDALVA FERREIRA DA SILVA

**OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Análise do CMEI Chapeuzinho Vermelho, Itaituba/PA**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de Itaituba para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profª Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Esp.

ITAITUBA/PA

2016

SILVA, Lindalva Ferreira da.

OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Análise do CMEI Chapeuzinho Vermelho, Itaituba/PA / Lindalva Ferreira da Silva – Itaituba: CLPP da FAI, 2016.

56 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2016.

Orientadora: Prof^a Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Esp.

1. OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Análise do CMEI Chapeuzinho Vermelho, Itaituba/PA / Lindalva Ferreira da Silva – Itaituba: CLPP da FAI, 2016.

LINDALVA FERREIRA DA SILVA

**OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Análise do
CMEI Chapeuzinho Vermelho, Itaituba/PA**

Monografia de Graduação apresentada ao
Colegiado de Pedagogia da Faculdade de
Itaituba, para obtenção do título de Licenciada
Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profª
Esp. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Profº Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Orientadora: _____ Nota: _____

Profª Esp. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro

Avaliador: _____ Nota: _____

Profª Esp. Antonia Vanda dos Santos Leite

Resultado: _____ Média: _____

Data: 19 de Março de 2016.

A todos aqueles que fizeram do meu sonho realidade, me proporcionando forças para ir além. Muitos obstáculos foram impostos, mas graças a vocês continuei firme. Muito obrigada, família FERREIRA DA SILVA.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter guiado e iluminado o meu caminho na busca pela minha formação profissional.

Ao meu esposo, Jean Ribeiro de Sá, pelo companheirismo, lealdade e carinho me auxiliado em mais essa conquista.

Aos meus filhos, agradeço de forma especial, pela compreensão, pois sem eles seria impossível seguir em frente.

As minhas irmãs e toda a minha família que sempre tiveram ao meu lado me apoiando para que pudéssemos comemorar esse momento importante em minha vida, em especial, a minha sobrinha Regilene Ferreira da Silva, que sempre me incentivou e auxiliou nos momentos de incertezas.

A minha orientadora, professora Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, que com sua competência, habilidade e paciência tornou esse sonho possível.

A prof^a Margareth Aguiar que, com sua atenção e eficiência colaborou de forma efetiva para a realização deste sonho.

Aos colegas de turma, em especial à Maria José pelo prazer de conhecê-la e pela amizade construída ao longo do curso.

A todos aqueles que de forma direta e indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa, especialmente aos professores do Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, Itaituba/PA.

O educador é o mediador entre crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano (MONTEIRO, 2002:5).

SILVA, Lindalva Ferreira da. OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Análise do CMEI Chapeuzinho Vermelho no município de Itaituba/PA. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba - CLPP da FAI, Itaituba-PA. 2016.

RESUMO

este Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo analisar o comportamento dos profissionais da educação infantil em relação ao ensino e aprendizagem, assim como os desafios que esses profissionais encontram nas turmas da educação infantil do município de Itaituba/PA. O procedimento metodológico se baseou no levantamento bibliográfico que discutem a educação infantil e a formação profissional tendo por base alguns autores, que tratam do tema. Realizou-se também uma pesquisa de campo no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, município de Itaituba-PA, em que foram entrevistados cinco professores. A partir das entrevistas realizadas, percebeu-se na pesquisa com os educadores infantis que eles possuem uma concepção fraternal do ser que está em desenvolvimento. Em relação às competências do profissional da educação infantil, foi relatado que a base para o desempenho de um bom trabalho é a formação acadêmica, e o compromisso com a execução do trabalho que deve acontecer respeitando os limites de cada fase da criança. Os principais desafios citados pelos professores é a falta de formação continuada, a presença de muitos alunos na sala de aula e a falta de participação e apoio da equipe de coordenação pedagógica, esses fatores em conjunto contribui para um atendimento às vezes deficitário que implica no trabalho desses profissionais.

Palavras-Chaves: Criança. Profissionais da Educação Infantil. Formação continuada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	12
1.1 CRIANÇA E INFÂNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	12
1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E LEGISLAÇÃO.....	15
1.3 O CUIDAR E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
2 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
2.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	27
2.2 PROPOSTA DO REFERENCIAL CURRICULAR.....	29
2.3 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS.....	31
3 OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DO CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO, ITAITUBA/PA.....	42
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO.....	42
3.2 PERFIS DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA.....	43
3.4 CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	53
APÊNDICES.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Como aconteceu seu ingresso como docente	44
Quadro 2. Qual a sua concepção de criança.....	45
Quadro 3. Em sua opinião, quais as competências que o profissional da educação infantil (professor) deve ter?.....	46
Quadro 4. Em sua opinião, o “brincar” se opõe à ordem e a disciplina necessária ao aprender?.....	47
Quadro 5. Em sua opinião, é competência da Educação Infantil encaminhar o aluno alfabetizado (lendo e escrevendo) para o ensino fundamental?.....	48
Quadro 6. Como acontece o processo de avaliação do desenvolvimento das crianças?	49
Quadro 7. Com que frequência tem participado de cursos de capacitação na área em que atua? Pode citar alguns deles?.....	50

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1. Quais os seus maiores desafios com relação ao desenvolvimento da criança da Educação Infantil?.....	47
--	----

INTRODUÇÃO

Ser um educador infantil é uma enorme responsabilidade, pois é através desse que as crianças entram em contato após a família. É na escola, como um segundo ambiente socializador que a criança começa a ampliar sua rede de relações e, que através dela o educador, constrói conhecimentos significativos a seu modo de perceber a vida. Diante disso, a elaboração desta pesquisa partiu da tentativa de entender e reconhecer o ponto de partida da construção do espaço infantil e a influencia do profissional desta modalidade de educação.

A educação deve ser considerada um processo de formação contínua, pode-se dizer que tal educador, principalmente por estar lidando com os pequenos, precisa levar muito a sério sua profissão, gostar do que faz e renovar-se á todo momento, pois ensinar e aprender são fundamentais como conceito inicial para esse profissional. Tal educador tem que possuir um perfil, no qual acredite na transformação, que goste de mudança e que para isso seja eternamente curioso.

Nesse sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo analisar o comportamento dos profissionais da educação infantil em relação ao ensino e aprendizagem, assim como os desafios que esses profissionais encontram nas turmas da educação infantil do município de Itaituba/PA. Para tanto, levantou-se três questionamentos que direcionaram este estudo: Qual sua concepção de criança? Quais as competências que o profissional da educação infantil deve ter? Quais os desafios dos professores com relação ao ensino e aprendizagem dos alunos do ensino infantil?

A metodologia adotada nessa pesquisa tem por base a pesquisa qualitativa e descritiva a fim de contextualizar a teoria e a práxis educacional, para isso torna-se necessário, alguns procedimentos metodológicos dentre eles foram adotados o levantamento bibliográfico que discutem a educação infantil e a formação profissional tendo por base alguns autores, como BRASIL (1998), RIZZO (2003), KUHLMANN Jr. (1998), CRAIDY e KAERCHER (2001), OLIVEIRA (1995, 1996, 1997, 2002, 2006). Realizou-se também uma pesquisa de campo no Centro Municipal de Educação infantil Chapeuzinho Vermelho, município de Itaituba-PA, em que foram entrevistados cinco professores. Este estudo está organizado em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo abordou-se o contexto histórico da educação infantil analisando algumas considerações entre criança e infância no

decorrer do tempo, legislação referente ao processo educativo e a interação entre o cuidar e o brincar na educação infantil.

O segundo capítulo tratou da formação profissional buscando traçar um perfil do professor que atua nessa área e o terceiro capítulo aborda a pesquisa de campo com a caracterização do Centro de Educação Infantil, os sujeitos da pesquisa e analisa as respostas obtidas através do questionamento especialmente elaborado para conhecer a realidade do professor da Educação Infantil da rede Municipal.

Portanto, o papel do professor da educação infantil, abrange mais do que a rotina de sala de aula, mas completa-se pelo cuidado do professor em relação ao seu aluno. Partindo desta ideia, é possível perceber a necessidade do professor ter um olhar zeloso sobre a criança, um olhar que o acompanhe no pátio da escola, nos corredores da escola e principalmente dentro da sala de aula. Para tanto, é necessário que haja envolvimento, afeto, dedicação, pois somente assim serão formados cidadãos mais reflexivos que contribuirão para uma sociedade melhor.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 CRIANÇA E INFÂNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e consequentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. ÀRIES (1981) *apud* CERUTTI (2007: 225) em seu estudo sobre a infância evidencia a necessidade de se pensar essa fase de desenvolvimento com o tempo de viver e não de “vir- a -ser”, superando as concepções de ver as crianças como “adulto em miniatura” e, por isso, desprovido de pensamentos, e de desejos e escolhas.

Na idade antiga considerava-se a infância como uma fase de transição passageira e que seria superada. Naquele tempo havia um grande índice de mortalidade infantil, ocasionado pelas pestes e precárias condições de higiene. Acreditava que crianças não possuíam alma, por isso não se apegavam a elas, pois eram passageiras, pois era grande a possibilidade de perdê-las. Por isso, durante muito tempo prevaleceu à ideia de gerar muitos filhos, a fim de conservar alguns.

O autor lembra que no século XV, as crianças eram consideradas como adultos pequenos elas trabalhavam, comiam e se vestiam como tal. A partir de então surge a infância, quando se decide deixá-la brincar, ir à escola e ser criança.

Esse sentimento da infância pode ser ainda percebido através das reações críticas que provocou: [...] algumas pessoas rabugentas consideravam insuportável à atenção que se dispensava então às crianças [...] (ÀRIES, 1978: 159 *apud* SEBASTIANE, 2009:37).

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. A história da infância assume uma dimensão significativa nessa perspectiva de alargamento de horizontes, que se tornam mais nítidos com o aprofundamento das pesquisas sobre a história da educação infantil.

Segundo o autor KUHLMANN JR (1998:16), infância tem um significado genérico e como qualquer outra fase da vida, esse significado é em função das transformações sociais. A pesquisa sobre a infância e assistência às crianças

abandonadas recebeu um impulso significativo como desdobramento da demografia histórica, nos seus estudos sobre a sociedade, família e população.

Analisando a história percebe-se que o enfoque à criança iniciou-se com o nascimento da indústria moderna que alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com que deixar seus filhos utilizavam os trabalhos das antigas mães mercenárias, essas mulheres cuidavam das crianças em troca de dinheiro. Essas por não optarem pelo trabalho nas fábricas vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.

Em função das crescentes participações das mães no trabalho das fábricas, e nas casas de famílias surgiram outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimentos as crianças. Eram organizados por mulheres da comunidade que, na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização de rezas (RIZZO, 2003:31).

Ainda segundo RIZZO (2003:37), as primeiras tentativas de organização de creches asilos e orfanatos no Brasil, surgiram com um caráter assistencialista, pois tinha o objetivo de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, as operárias e as viúvas. Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento dos órfãos abandonados, que apesar de mostrar um caráter assistencial tinha por finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, uma vez que geralmente essas crianças eram filhos de mulheres da sociedade.

As tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, foram: a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância.

Na realidade, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN Jr, 1998: 88). Ao longo das décadas, as poucas conquistas não se fizeram sem conflitos. Com o avanço da industrialização e o aumento das mulheres da classe média no mercado de trabalho, aumentou a demanda pelo serviço das instituições de atendimento à infância.

Todavia, com o passar dos anos, as concepções de criança, infância e Educação Infantil sofreram grandes transformações. Pode-se dessa forma, ao longo dos séculos, observar inúmeras mudanças significativas, sejam na maneira de entender a criança, seu desenvolvimento ou o processo educativo no qual estão inseridas. O surgimento das Instituições de Educação Infantil esteve relacionado de certa forma, com uma nova forma de perceber a infância e a criança, ou seja, foi porque houve uma modificação na sociedade, nas maneiras de se pensar o que é ser criança e a “importância que foi dada ao momento específico da infância”; destaque que antes não tinha (BUJES in CRAIDY e KAERCHER, 2001:13).

Atualmente as crianças com a faixa etária entre 3 e 4 anos de idade são atendidas nas instituições de educação Infantil onde começam a desenvolver os aspectos básicos de uma responsabilidade e de independência. As mesmas são preparadas para o próximo estágio da infância e dos anos iniciais da escola. As crianças dessa faixa etária são altamente ativas em geral, constantemente explorando o mundo em sua volta. Elas também passam a aprender que na sociedade existem coisas que eles podem ou não fazer, e compreendem que existe um padrão de comportamento. Percebe-se, então, que ocorreu uma mudança na perspectiva do que venha a ser infância.

Cabe pensar “a infância não como aquilo que olhamos, senão como aquilo que nos olha e nos interpela”. Assim, para o autor, a infância é entendida como o outro que nasce, é aquilo que, ao olharmos, nos coloca em questão, tanto em relação ao que somos quanto em relação a todas as imagens que construímos para classificá-la. Se pensarmos neste olhar para a infância, estaremos vivendo, então, um olhar diferenciado sobre ela, pois reconhecemos e assistimos a uma enorme pluralidade do que pensamos, sentimos ou sabemos sobre as caracterizações de infância (LARROSA, 2006:16).

Conforme os pensamentos do autor em relação a se ter uma caracterização da infância, é pertinente uma contextualização do momento em que se fala e quais referenciais teóricos serão utilizados para dialogar sobre a infância.

A partir do momento em que se alcançou uma consciência sobre a importância das experiências da primeira infância, foram criadas várias políticas e programas que visassem promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças, que por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade. Tendo o Estado por sua vez o dever de proporcionar uma educação de qualidade e de forma gratuita a todas as crianças, promovendo o bem

estar, o desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual, moral, social e psicológico, sendo que a interação social das crianças torna-se indispensável no espaço escolar, onde se constitui o desenvolvimento da consciência do ser humano desde que nasce e, tendo em vista o cuidar e o educar como aspectos fundamentais no processo educativo.

1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E LEGISLAÇÃO

O surgimento das Instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) tem sido também muito associado com o trabalho materno fora do lar. Isso foi possível a partir da Revolução Industrial, pois, a Revolução fez com que toda a classe operária se sujeitasse ao regime da fábrica e das máquinas, possibilitando a entrada da mulher no mercado de trabalho e alterando assim, a forma da família educar e cuidar de seus filhos. Todavia, os objetivos e formas de tratar as crianças dos extratos sociais mais pobres da sociedade não eram consensuais. Segundo OLIVEIRA (1995: 67), Os setores da elite defendia a ideia de que não seria bom para a sociedade como um todo, que se educassem as crianças pobres, era proposta a educação da ocupação e da piedade. Durante muito tempo, as instituições infantis, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança.

Cabe ressaltar, que durante muito tempo a educação da criança foi considerada de responsabilidade exclusiva das famílias ou do grupo social ao qual ela pertencia; pois, “era junto aos adultos e outras crianças com os quais conviviam que a criança aprendia a se tornar membro deste grupo, a participar das tradições que eram importantes para ele e a dominar os conhecimentos que eram necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta”. (BUJES *in* CRAIDY e KAERCHER, 2001:15).

Mediante isso, pode-se dizer, que a Educação Infantil, tal como se conhece hoje, ou seja, realizada de maneira complementar a família, é um fato recente, nem sempre ocorreu do mesmo modo, possui, portanto, uma história. É importante mencionar que tais modificações/mudanças são consequências das transformações culturais, sociais, políticas e econômicas que vão acontecendo nas sociedades.

A Educação Infantil, antes de ser um campo de conhecimentos e de atuação específica com crianças, pode ser vista como parte de uma política social, destinada

a promover o bem-estar de crianças e de suas famílias. É um espaço de amplo trabalho, principalmente de mulheres; um espaço de convivência de muitas concepções de como desenvolver e atender aos direitos da criança e de como efetivar o dever do Estado.

Pensar a Educação Infantil em um sentido amplo envolve toda forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na escola. É importante salientar que, após a longa trajetória anteriormente mencionada, a criança brasileira é hoje concebida como um sujeito que tem direito à educação, dever do Estado e opção da família. Dessa forma, a legislação, ao definir a ação da Educação Infantil como complementar à ação da família e da comunidade, permite inferir que, para se efetivar como nível de ensino, ela pressupõe uma organização adequada, necessitando estar bem estruturada no âmbito dos sistemas de ensino.

As instituições de educação infantil nasceram na França, no século XVIII, em resposta à situação de pobreza, abandono e maus-tratos de crianças pequenas, cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas, criadas pela Revolução Industrial.

Todavia, os objetivos e formas de tratar as crianças dos extratos sociais mais pobres da sociedade não eram consensuais. Setores da elite defendia a ideia de que não seria bom para a sociedade como um todo, que se educassem as crianças pobres, era proposta a educação da ocupação e da piedade (OLIVEIRA, 1995: 87).

Partindo desse pressuposto, para ter uma educação infantil de qualidade, é importante que o cuidar e o educar andem juntos, e que família e escola estejam conscientes de seus papéis, pois, escola não trabalha sozinha, é preciso da parceria dos pais onde precisam ajudar na educação do filho através do diálogo, dos estímulos, participando das reuniões. Levar a crianças todos os dias na creche ou escola também é necessário, pois a assiduidade é de suma importância para que a criança tenha uma boa adaptação e socialização ao ambiente, aos colegas e professores e um bom desenvolvimento no ensino e aprendizagem.

Enfim, a família está por trás do sucesso escolar do filho, se colaborar para que isso aconteça, pois escola e família têm os mesmos objetivos, que é o sucesso na aprendizagem do filho de forma significativa. Dessa forma, pode-se observar a origem do atendimento fragmentado que ainda faz parte da Educação Infantil destinada às crianças carentes, uma educação voltada para suprir supostas

“carências”, é uma educação que leva em consideração a criança pobre como um ser capaz, como alguém que não responderá aos estímulos dados pela escola.

Nos anos 80, com o processo de abertura política, houve pressão por parte das camadas populares para a ampliação do acesso à escola. A educação da criança pequena passa a ser reivindicada como um dever do Estado, que até então não havia se comprometido legalmente com essa função. Em 1888, devido à grande pressão dos movimentos feministas e dos movimentos sociais, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado.

Foi com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que houve avanços para a Educação Infantil. Pela primeira vez no Brasil, com a Constituição de 1988, reconheceu-se um direito próprio da criança pequena, o direito à creche e à pré-escola.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a adequar a legislação aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que aconteceu em novembro de 1989 e foi ratificada pelo país em setembro de 1990. Antes disso, em julho do mesmo ano, nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instaurado pela lei 8.069/1990.

O ECA estabelece que é dever do Estado, da família e da sociedade garantir o direito de crianças e adolescentes à liberdade, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção do trabalho. Além disso, prevê a proteção contra qualquer forma de exploração, discriminação, violência e opressão. O ECA, Lei n. 8.069/julho de 1990, em seu Artigo 54, determina que o Estado tem o dever de oferecer atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos.

Nos anos 90, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança. Agora se procura entender a criança como um ser sócio-histórico, onde a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social. Esse perspectivo sócio interacionista tem como principal teórico Vygotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta.

A abertura política permitiu o reconhecimento social desses direitos manifestados pelos movimentos populares e por grupos organizados da sociedade civil. A Constituição de 1988 (Art. 208, inciso IV), pela primeira vez na história do Brasil, definiu como direito das crianças de zero a cinco anos se idade e dever do

Estado o atendimento à infância. Nesse sentido, além da LDBEN/96, a própria Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, consagram as crianças de 0 a 5 anos como “sujeitos de direitos”.

Muitos fatos ocorreram de forma a influenciar essas mudanças: o desenvolvimento urbano, as reivindicações populares, o trabalho da mulher, a transformação das funções familiares, as ideias de infância e as condições socioculturais para o desenvolvimento das crianças.

A integração da Educação Infantil no âmbito da Educação Básica, como direito das crianças de 0 a 5 anos e suas famílias, dever do estado e da sociedade civil, é fruto de muitas lutas desenvolvidas especialmente por educadores e alguns segmentos organizados, que ao longo dos anos vêm buscando definir políticas públicas para as crianças mais novas. No entanto, uma política nacional que se remeta à indispensável integração do estado e da sociedade civil, como coparticipantes das famílias no cuidado e educação de seus filhos até 5 anos, ainda não está definida no Brasil. Uma política nacional para a infância é um investimento social que considera as crianças como sujeitos de direitos, cidadãos em processo e alvo preferencial de políticas públicas.

A Lei 9.394/96 em seu Art.4º, IV, vem garantir o dever do Estado com educação escolar pública, efetivada, mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5. E em seu Art.12, incisos VI e VII preconizam que os estabelecimentos de ensino devem articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. Porém somente no Art. 29, é que ela define a educação infantil e a sua finalidade perante a sociedade.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Trata-se da primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e

submetidos a controle social. Esses estabelecimentos visam à formação integral da criança.

A Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional ainda determina os locais onde deve ocorrer esse processo de aprendizagem assim como também os meios avaliativos, regulando toda a educação infantil como regulamenta seus Art. 30 e 31, afirmando que ela deve ser oferecida em:

- I- Creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade.
 - II- Pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.
- de acordo com art. 31 a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
- I- Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao ensino fundamental.
 - II- Carga horária mínima anual de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.
 - III- Atendimento à criança de, no mínimo, 4(quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7(sete) horas para a jornada integral;
 - IV- Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a mínima de 60% do total de horas;
 - V- Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança

Em 1998, é criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de 0 a 5 anos de idade. Ele representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil. É preciso afirmar que as propostas trazidas pelo RCNEI só podem se concretizar na medida em que todos os envolvidos no processo busquem a efetiva implantação das novas propostas, se não ele vai se tornar apenas um conjunto de normas que não saem do papel.

Através desse estudo histórico, pode-se constatar que o conceito de infância repercute fortemente no papel da Educação Infantil, pois direciona todo o atendimento prestado à criança pequena. Dessa maneira, a Educação Infantil está intrinsicamente ligada ao conceito de infância, tendo a sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança. Segundo SARMENTO (2007: 26):

[...] as concepções construídas historicamente sobre a infância, baseadas numa perspectiva autocêntrica, tanto esclarecem como ocultam a realidade social e cultural das crianças sendo, portanto, necessária à ruptura com o modelo epistemológico sobre a infância até então instituído.

O autor afirma ser recente o interesse histórico pela infância, sendo predominante no quadro teórico sua concepção como construção social. A intimidade e a vida privada da família moderna propõem novas relações familiares, acompanhadas por mudanças de valores, especialmente em relação à educação das crianças. A criança assume um lugar central na família, pois se antes era cuidada de forma difusa e dispersa pela comunidade em geral, passará a ser responsabilidade dos pais. Ou seja, com o capitalismo e a propriedade privada, a criança passa a ser responsabilidade dos pais e também dona e herdeira das riquezas, misérias e valores sociais.

A educação voltada para criança pequena só ganhou notoriedade quando esta passou a ser valorizada pela sociedade, se não houvesse uma mudança de postura em relação à visão que se tinha de criança, a Educação Infantil não teria mudado a sua forma de conduzir o trabalho docente, e não teria surgido um novo perfil de educador para essa etapa de ensino. Não seria cobrado dele especificidade no seu campo de atuação, e a criança permaneceria com um atendimento voltado apenas para questões físicas, tendo suas outras dimensões, como a cognitiva, a emocional e a social despercebida.

Não se pode perder de vista que, o conceito de infância construído pela humanidade ocasionou uma padronização da criança, como se esta fosse um ser universal, sem características próprias de cada sociedade e de cada contexto histórico. Por isso, a Educação infantil terminou sendo um bem da criança burguesa, e uma proposta distante das crianças pobres. A ação conjunta dos educadores e demais membros da equipe da instituição é essencial para garantir que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada. Essa atitude deve ser contemplada desde o planejamento educacional até a realização das atividades em si.

Aqui se registra, então, a importância de que os professores da infância conheçam os referidos documentos, pois a escola tem um papel imprescindível para que as crianças sejam ouvidas, ou ainda, conforme já se afirmou anteriormente, que sejam vistas como sujeitos de direitos. De acordo com SOUZA (2006:86), inegavelmente, as crianças já nascem situadas numa cultura, que circunscreve o

seu lugar social a partir do qual se construirá sua identidade, seus valores, sua forma de ver, de sentir e de refazer o mundo.

Nesse constante fazer dentro da instituição educacional, há momentos em que uma ação pedagógica incisiva se faz necessário, pois o educador, em algumas situações, necessita cobrar dos pais e demais profissionais atitudes, que visam ao melhor desenvolvimento da criança. Com isto, os órgãos educacionais passam a se ocupar mais das políticas públicas e das propostas para a educação da infância, seja no caso das crianças de famílias de renda média e mais alta, seja naquele das crianças pobres. No entanto, muitas vezes ainda se observa uma visão assistencialista, como no caso da “educação compensatória” de supostas carências cultural. No entanto, os programas de Educação Infantil reduziram-se a currículos, limitando-se as experiências de ensino para crianças pequenas, ao domínio exclusivo da educação.

Desta forma, ainda não se observa o necessário e desejável equilíbrio entre as áreas das políticas sociais voltadas para a infância e a família, como as da Saúde, Serviço Social, Cultura, Habitação, Lazer e Esportes articuladas pela Educação. Equipes lideradas por educadores, contando com médicos, terapeutas, assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas, para citar alguns dos profissionais, que devem contribuir no trabalho das creches ou centros de educação infantil, ainda são raros no país, já nos dias de hoje.

Assim, no Brasil, creche, ou seja, instituição que se ocupa de crianças de 0 a 3 anos, conotada em larga medida, e erroneamente, como instituição para crianças pobres, tem sido em consequência, muitas vezes, uma instituição que oferece uma educação “pobre para os pobres”. A presença, nestas instituições de adultos sem qualificação apropriada para o trabalho de cuidado e educação, a ausência de propostas pedagógicas, e alto grau de improvisação e descompromisso com os direitos e necessidades das crianças e suas famílias, exigem atenção e ação responsáveis por parte de secretarias e conselhos de educação, especialmente os municipais (BRASIL, 1998:3).

A tarefa de educar não é fácil, principalmente quando se parte do pressuposto de que os homens estão em processo permanente de transformação e que, nesse processo, eles transformam o mundo que os cerca ao mesmo tempo em que se transformam. Tanto a arte de governar como a de educar traz implícita a ideia de

conduzir, dirigir, guiar, orientar ao mesmo tempo em que vincula a escola que educa com o Estado que governa.

1.3 O CUIDAR E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil constitui uma etapa educativa de caráter não obrigatório. Esse é um dos motivos pelo qual é comum se encontrar crianças no primeiro ano de escolaridade, em fase de adaptação à vida escolar, convivendo com outras crianças que já vivenciaram essa experiência e que já alcançaram uma série de aprendizagens proporcionadas pela educação institucionalizada.

A experiência escolar inicial pode ser determinante para a vida escolar de um indivíduo, através de tudo o que a Educação Infantil proporciona às crianças: a maneira como vivenciam essa etapa educativa, os tipos de aprendizagem que realizam e os tipos de relações que estabelecem com as outras crianças e com os adultos. Desse modo, é prioritário considerar as especificidades e necessidades infantis para atender as suas singularidades, integrando as funções de educar, cuidar e brincar e estabelecendo parceria com a família.

Percorrendo os caminhos da infância pode-se deparar com discursos contraditórios, que são construídos a partir da visão que os adultos têm das crianças. PINTO in SARMENTO e PINTO (1997:33), ao discutir infância como uma construção social começa mostrando concepções contraditórias, com as quais a infância é identificada:

Quem quer que se ocupe com a análise das concepções de criança que subjazem, quer ao discurso comum quer à produção científica centrada no mundo infantil, rapidamente se dará conta de uma grande disparidade de posições. Uns valorizam aquilo que a criança já é e que a faz ser, de facto, uma criança; outros, pelo contrário, enfatizam o que lhe falta e o que ela poderá (ou deverá) vir a ser. Uns insistem na importância da iniciação ao mundo adulto; outros defendem a necessidade da proteção face a esse mundo; uns encaram a criança como um agente dotado de competências e capacidades; outros realçam aquilo que ela carece.

Pode-se identificar, por um lado, uma tendência à visão de uma imagem universal, que naturaliza a infância, como se o que existisse fosse uma única infância. Seja entendendo que ela ainda guarda muito da criança inocente, pura, a

ser preservada, ou a criança que precisa ser moralizada, forjada pelo bem para não se encaminhar para o mal.

A LDB de 1996 trouxe um fato novo ao colocar a educação infantil (creche e pré-escola) como a primeira etapa da educação básica, começa a ficar visível nos documentos posteriores a ênfase na integração do cuidar e educar. A creche que antes estava sobre a responsabilidade da Secretaria de Assistência passa para o setor educacional. Nesse contexto, é de suma importância que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as de mais idade. No sentido de estabelecer diretrizes para o profissional atuante na educação infantil foi criado os referenciais curriculares que enfatiza as ações e metas para o desenvolvimento integral do educando e afirma que:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998: 25).

O processo de ensino e aprendizagem na escola deve ser construído, então, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real da criança, num dado momento e com sua relação a um determinado conteúdo a ser desenvolvido, e como ponto de chegada os objetivos estabelecidos pela escola, supostamente adequados à faixa etária e ao nível de conhecimentos e habilidades de cada grupo de crianças. O percurso a ser seguido nesse processo estará demarcado pelas possibilidades das crianças, isto é, pelo seu nível de desenvolvimento potencial. Para confirmar este pensamento, WEISS (1999:108) diz que:

O cuidado na Educação Infantil é uma ação cidadã, onde educadores, pessoas conscientes dos direitos das crianças, se empenham em contribuir favoravelmente ao crescimento e desenvolvimento das crianças. O cuidar é visto aqui como uma prática pedagógica e como forma de mediação, que se constitui pela interação através da dialogicidade e quer possibilitar à criança leituras da realidade e apropriação de conhecimentos.

Portanto, na Educação Infantil o ato de cuidar e educar são indissociáveis, não tem como separar essas duas ações. O cuidar e o educar estão nas coisas mais simples da rotina pedagógica da Educação Infantil: desde o momento em que se está trocando uma fralda, alimentando a criança, na higiene; todos esses aspectos que parecem ser simplesmente cuidados, eles também são educativos.

O cuidar e o educar devem ser vistos como um sistema que amplia o cuidado, promovendo o desenvolvimento global da criança. Partindo dessa visão, o termo cuidado inclui, “Todas as atividades ligadas à proteção e apoio necessários ao cotidiano de qualquer criança: alimentar, lavar, trocar, proteger, consolar, enfim ‘cuidar’, todas fazendo parte integrante do que chamamos de ‘educar’” (CAMPOS, 1994:35). Portanto, cabe ao educador criar um ambiente que reúna os elementos de motivação para as crianças. Criar atividades que proporcionam conceitos que preparam para a leitura, para os números, conceitos de lógica que envolve classificação, ordenação, dentre outros. Motivar os alunos a trabalhar em equipe na resolução de problemas, aprendendo assim expressar seus próprios pontos de vista em relação ao outro.

OLIVEIRA (1997: 61) afirma que a implicação dessa concepção de Vygotsky para o ensino escolar é imediata, e acrescenta,

Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas. Mas o desempenho desse papel só se dará adequadamente quando, conhecendo o nível de desenvolvimento dos alunos, a escola dirigir o ensino não para as etapas de desenvolvimento ainda não incorporadas pelos alunos, funcionando realmente como um motor de novas conquistas psicológicas. Para a criança que frequenta a escola, o aprendizado escolar é elemento central no seu desenvolvimento.

Portanto, a necessidade de compreender a criança da Educação Infantil exige caracterizá-la concretamente e historicamente, assumi-la como sujeito e cidadã de direitos, que se constitui na sociedade da qual faz parte. Para isso é preciso que o cuidar e o educar estejam sempre juntos e se façam sempre presentes no cotidiano da criança. Enfim, estar ao lado do aluno, acompanhando seu desenvolvimento, para levantar problemas que o leve a formular hipóteses. Brinquedos adequados para idade, com objetivo de proporcionar o desenvolvimento infantil e a aquisição de conhecimentos em todos os aspectos.

A ludicidade, as brincadeiras, os brinquedos e os jogos são meios que a criança utiliza para se relacionar com o ambiente físico e social de onde vive, despertando sua curiosidade e ampliando seus conhecimentos e suas habilidades, nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo, e assim, se ter os fundamentos teóricos para deduzir a importância que deve ser dada à experiência da educação infantil.

Nesta perspectiva, a brincadeira infantil assume uma posição privilegiada para a análise do processo de constituição do sujeito, rompendo com a visão tradicional de que ela é uma atividade natural de satisfação de instintos infantis. A capacidade para imaginar, fazer planos, apropriar-se de novos conhecimentos surge, nas crianças, através do brincar. A criança por intermédio da brincadeira, das atividades lúdicas, atua, mesmo que simbolicamente, nas diferentes situações vividas pelo ser humano, reelaborando sentimentos, conhecimentos, significados e atitudes.

O brincar não significa apenas recrear, é muito mais, caracterizando-se como uma das formas mais complexas que a criança tem de comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece através de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda sua vida (OLIVEIRA, 2006:87).

Portanto, a brincadeira é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados. Nas situações em que a criança é estimulada, é possível observar que rompe com a relação de subordinação ao objeto, atribuindo-lhe um novo significado, o que expressa seu caráter ativo, no curso de seu próprio desenvolvimento.

Dessa forma, a brincadeira já não deve ser mais atividade utilizada pelo professor apenas para recrear as crianças, mas como atividade em si mesma, que faça parte do plano de aula da escola. Para HORN (1993:66) *apud* OLIVEIRA (2006: 123).

Ao brincar com um tijolinho de madeira como se fosse um carrinho, por exemplo, ela se relaciona com o significado em questão (a ideia de carro) e não com o objeto concreto que tem em suas mãos. O tijolinho de madeira serve como uma representação de uma realidade ausente e ajuda a criança a separar objeto e significado. Constitui um passo importante no percurso que a levará a ser capaz de, como no pensamento do adulto, desvincular-se totalmente das situações concretas. O brinquedo provê, assim, uma situação de transição entre a ação da criança com objetos concretos e suas ações com significados.

Ao brincar, a criança expõe seus sentimentos e suas convicções. Interage com o meio, conquista seu espaço, amplia sua segurança enquanto constituidora de sua personalidade que está se construindo. Desse modo, o brincar é extremamente relevante na rotina pedagógica da Educação Infantil.

Mas a realidade é que em muitas escolas de Educação Infantil o ato de brincar não está sendo feito como deveria. Muitos educadores estão preocupados em repassar os conteúdos programáticos em sala de aula e não permitem que as crianças brinquem de forma natural, pois acreditam que a brincadeira e aprendizagem não podem viver o mesmo espaço. Ultimamente, há uma influência da sociedade para que as crianças aprendam cada vez mais cedo os conteúdos pedagógicos. Com isso, o tão divertido ato de brincar não tem encontrado espaço na escola como deveria.

Muitos professores dirigem os momentos lúdicos a fim de alcançarem determinados objetivos. Desse modo, não permitem as crianças explorarem e criarem sua própria maneira de brincar de forma espontânea. Assim, as crianças acabam brincando, não pelo prazer e a alegria que o ato lúdico lhes dá, mas para alcançar e cumprir os objetivos e as regras estabelecidas pelo professor. O professor de Educação infantil deve reconhecer o ato de brincar como um recurso pedagógico em sala de aula, com isso terá uma aula mais produtiva, prazerosa, terá a maior participação dos educandos, além de estar respeitando o direito deles.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que os profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço, para que venha desempenhar o seu papel de forma a promover uma aprendizagem efetiva respeitando os direitos e as especificidades dos alunos buscando assim a qualidade educacional.

2 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A preparação de docentes, implicados na formação das novas gerações, sempre fez parte das expectativas dos governos havidos no Brasil desde o Império. Isto não quer dizer que tais expectativas representassem prioridades de governos. Sabe-se já, com o avanço das investigações na área, que o ensino superior, este sim, foi objeto de cuidado tanto dos poderes gerais quanto dos poderes federal.

Nas últimas décadas do século XX, um conjunto de movimentos sociais se mobilizou em prol de uma educação voltada para a transformação social. O texto constitucional de 1988 versa sobre a educação e atendendo aos anseios da sociedade civil, assegurou a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família. Aliado a isso, também se discutia sobre a necessidade da formação do professor em múltiplas dimensões pessoal, histórica, política e social (BRASIL, 1988:131).

O professor é um profissional que domina a arte de reencantar, de despertar nas pessoas a capacidade de engajar-se e mudar. Neste aspecto, entende-se que a formação do professor é indispensável para a prática educativa, a qual se constitui o lócus de sua profissionalização cotidiana no cenário escolar. Desse modo, compreender a formação docente incide na reflexão fundamental de que ser professor é ser um profissional da educação que trabalha com pessoas. Essa percepção induz este profissional de educação a um processo permanente de formação, na busca constante do conhecimento por meio dos processos que dão suporte à sua prática pedagógica e social.

No que tange à formação profissional do professor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre outros aspectos enfatiza em seu Artigo 61 que:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Nesse sentido, percebe-se que a LDB adotou os termos formação de profissionais da educação e formação de docentes, ressaltando também que cabe aos sistemas de ensino promover aperfeiçoamento profissional continuado. Ao mesmo tempo em que estabeleceu a associação entre teorias e práticas, mediante a formação contínua, e o aproveitamento anterior como fundamentos da formação dos profissionais da educação. Cabe aqui as palavras de FREIRE (1997:21) citando os saberes necessários ao professor e enfatiza que ensinar não se limita a simples transferência de conhecimentos, e que o aprender não se restringe ao ser apreendido o conhecimento pelo educando, ele tem que ser testemunhado e vivido por ambos os atores do processo ensino-aprendizagem.

Sendo assim, a formação profissional do educador deve estar sempre voltada à sua prática em sala de aula, aproveitando os saberes adquiridos com a vivência e experiência de cada um, seria o desenvolvimento da consciência de um ser humano inacabado em que o ensinar se torna um compreender a educação como uma forma de intervir na realidade da pessoa e do mundo.

A formação do educador infantil deve estar baseada na concepção de educação infantil. Deve buscar a superação da dicotomia educação/assistência, levando em conta o duplo objetivo da educação infantil de cuidar e educar. A formação deve ser entendida como direito do profissional, o que implica a indissociabilidade entre formação e profissionalização (GARCIA, 2001:17 *apud* FOREST, 2003:7).

A palavra professor, proveniente do latim “*professore*”, significa aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte, o saber, o conhecimento. Portanto, para poder ensinar, o professor precisa estar imbuído do conhecimento que lhe advém por meio da formação que se vai profissionalizando pela prática cotidiana. A capacitação do indivíduo para o trabalho docente se constitui em um ato educativo de criatividade e inovação. Mais que isso, segundo LIBÂNIO (2001:13,14), em seu livro a “Arte de formar-se”, é um investimento pessoal de busca de conhecimento:

Formar-se é tomar em suas mãos seu próprio desenvolvimento e destino num duplo movimento de ampliação de suas qualidades humanas, profissionais, religiosas e de compromisso com a transformação da sociedade em que se vive [...] é participar do processo construtivo da sociedade [...] na obra conjunta, coletiva, de construir um convívio humano e saudável.

Nessa ótica de pensamento pode-se analisar a importância da formação para a ampliação dos conhecimentos e construção de novos significados, formar-se atualmente é um investimento para uma melhor qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da educação, sempre contextualizando com o ambiente em que o mesmo se encontra inserido.

Ao contextualizar o ambiente de trabalho do educador da Educação Infantil, tem-se que definir o local de trabalho que são evidentemente as creches e pré-escolas, para tanto o educador precisa além dos conhecimentos básicos compreendidos em sua formação como também a autonomia para desempenhar o seu trabalho com eficácia assim define SILVA (2001:105),

A creche revela-se como um lugar onde as relações de trabalho supunham, em alguma mediada, ter autonomia e exercer um papel de autoridade junto às crianças e também junto as suas famílias. Essa relação de autoridade faz-se presente, na medida em que as educadoras constituem-se em porta-vozes das normas e regulamentos da instituição, bem como assumem papel específico no processo de desenvolvimento das crianças, cada vez mais baseado em conhecimento que extrapolam as condições inicialmente consideradas satisfatórias para o trabalho em creches, como o amor, o jeito e a dedicação.

Dentro dessa perspectiva, o profissional da educação infantil deve ser um mediador entre a criança e o mundo. Diante dessa realidade, o papel do professor ganha destaque, pois cada vez mais se eleva o número de crianças que freqüentam as instituições de ensino assim como também as horas que estas ficam longe de suas famílias tornando o professor uma referência para os alunos.

Inserido nestas instituições, o professor realiza um papel decisivo no processo de desenvolvimento infantil, pois servem de intérpretes entre as crianças, família e o mundo que as cercam. Dessa forma, para que a educação infantil seja de qualidade, a formação inicial (graduação do curso de pedagogia) e continuada dos professores deve ser um direito e uma necessidade, na qual exige toda uma conjuntura do município, estado e governo federal.

A busca pela formação contínua como meio de desenvolvimento pessoal é uma abordagem bastante conhecida é a que entende ser a formação continuada de professores imprescindível para complementar o conhecimento e conter as falhas deixadas pela formação inicial. Nessa ótica, o docente precisa passar por um processo de aprimoramento amplo, que atua para sanar os muitos problemas que a

superficial formação de base coloca para o ensino e para a formação das futuras gerações.

Ao professor cabe a mediação entre o aluno e o conhecimento que lhe permita o entendimento da realidade social e a promoção do desenvolvimento individual. Essa mediação implica em articular a aprendizagem do aluno à formação continuada do professor vista aqui como uma contínua e dinâmica construção do conhecimento profissional e concebendo as contribuições teóricas como subsídios que possibilitem a reflexão e a orientação da prática.

Profissionais da educação têm o dever de participar dos eventos formativos propostos pela Secretaria de Educação, considera-se que estes precisam de uma proposta mais ampla, contínua e sistematizada, que lhes permitam a discussão dentro da escola, coletivamente, visando uma formação mais direcionada ao conhecimento, com o objetivo de analisar a relação entre o saber teórico e o fazer pedagógico.

Uma parte importante dos estudos voltados para a formação continuada de professores entende que o seu foco deve recair no coletivo de professores de cada escola e é atribuído ao coordenador pedagógico um papel central o de articulador das ações formativas na escola, as quais devem promover o desenvolvimento da equipe pedagógica, no entanto faz-se necessário dispor de uma organização capaz de garantir momentos efetivos de aprendizagem. Conforme afirma PLACCO E ALMEIDA (2003:57),

Uma função fundamental do coordenador pedagógico é cuidar da formação e do desenvolvimento profissional dos professores. É fundamental pensar a formação como superação da fragmentação entre teoria e prática, entre escola e prática docente, de modo que as dimensões da sincronidade possam se revelar e integrar, na compreensão ampliada de si mesmo, do processo de ensino e aprendizagem e das relações sociais da e na escola, síntese da formação e da prática docente como momentos com peculiaridades e especificidades que provocam contínua mudança nos professores e em sua prática.

Essa modalidade de formação continuada assume que há, por parte dos professores, questionamento constante acerca de sua prática pedagógica, de modo que privilegia a interação nos próprios locais de trabalho. É aí que o corpo docente deve, em conjunto, definir o tipo de formação que almeja, especificando sua finalidade e sua forma de implementação. Desse modo, a formação continuada deve

ocorrer primariamente nas instituições de ensino ou nas demais dependências do sistema educacional.

A formação do professor se faz com o elo entre a profissão e a construção da identidade do educador ao formalizar a dinâmica social do seu trabalho docente. Realiza-se na medida em que se retrata como função social da escola a instrumentalização de um ensino no qual se possa vivenciar e garantir uma educação para a vida. Segundo MOREIRA e CANDAU (2005: 23),

É necessário um destaque a necessidade de se pensar uma formação continuada que valorize tanto a prática realizada pelos docentes no cotidiano da escola quanto o conhecimento que provém das pesquisas realizadas na Universidade, de modo a articular teoria e prática na formação e na construção do conhecimento profissional do professor.

Desse modo, o investimento na formação torna-se ponto de partida para as possibilidades de melhoria da profissionalização e para a resignificação de sua prática. Entende-se, assim, que ser educador é educar-se constantemente por meio de aprendizado em que o conhecimento construído resulta em novas relações com outros conhecimentos que, por sua vez, geram novas construções. Desse modo, a profissão docente renova-se todos os dias.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O planejamento é um processo de sistematização e organização das ações do professor. É um instrumento da racionalização do trabalho pedagógico que articula a atividade escolar com os conteúdos do contexto social. Trata-se de uma ação fundamental que norteia a construção, organização e avaliação contínua do trabalho educativo em creches e pré-escolas, definindo: os princípios e fundamentos a serem considerados pelos diferentes sujeitos na atuação com as crianças nos diversos espaços da instituição.

O ato de planejar está presente em todos os momentos da vida humana. A todos os momentos as pessoas são obrigadas a planejar, a tomar decisões que, em alguns momentos, são definidas a partir de improvisações; em outros são decididos partindo de ações previamente organizadas. Em síntese, o planejamento é uma tomada de decisão sistematizada, racionalmente organizada sobre a educação, o

educando, o educador, as disciplinas e os conteúdos, os métodos, e as técnicas de ensino, a organização administrativa da escola e sobre a comunidade escolar

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder as marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim, é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico instrumental (FREIRE, 2002:10).

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de natureza diversos que abrangem desde os cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas de conhecimento.

Este caráter polivalente possui uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, no qual também ele é um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, dialogando com a comunidade e familiares, buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil visa assegurar meios e condições objetivas para atingir determinada finalidade, que na perspectiva sócio-histórico-dialética refere-se a uma formação integral, capaz de proporcionar o desenvolvimento da criança. A ação pedagógica do professor se caracteriza, também, por uma posição diferenciada, assumindo-se como mediador privilegiado da cultura, do conhecimento, da formação de valores, hábitos e atitudes.

A distinção entre os conceitos de organização do trabalho escolar e a organização escolar é apresentada por OLIVEIRA (2002:131), apesar da autora considerar a relação de interdependência entre eles. Para ela, essa definição é fundamental para a compreensão das relações de trabalho na escola. A organização do trabalho escolar diz respeito à divisão do trabalho na escola, isto é, como o trabalho do professor e o dos demais trabalhadores são organizados na instituição escolar.

Refere-se à forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos estão divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado.

A rotina é o instrumento capaz de concretizar as intenções educativas, que se revela na forma como são organizados os espaços, o tempo, os materiais, as propostas e as intervenções do professor e serve para por em prática as atividades planejadas, ou seja, o tempo do trabalho educativo com as crianças além de estimular a construção de noções de tempo e de espaço pelos alunos.

De acordo com BRASIL (1998:74), a rotina pode orientar as ações das crianças, assim como a dos professores, possibilitando a antecipação das situações que irão acontecer. Ao antecipar as ações, o educador possui um maior controle sobre o que pode acontecer, supondo sentimentos de estabilidade e segurança e procurando o equilíbrio entre a criança e o espaço onde ele está inserido.

Ao estabelecer uma rotina organizada, o professor estrutura suas aulas de maneira tal que o cotidiano flui dentro de uma sequência de atividades, que dão conta das diversas funções atribuídas à educação infantil. Nesse sentido é importante salientar que as educadoras devem, entre outras atividades, organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação, assegurando momentos de higiene, alimentação e repouso. As atividades realizadas pelas docentes compreendem, além do cuidado, a educação das crianças.

Não é uma tarefa fácil estabelecer uma rotina, pois para o adulto, muitas vezes, é considerado algo ruim e repetitivo. Porém, para a criança, é fundamental que exista uma rotina para que ela se sinta segura, possa desenvolver a sua autonomia, bem como, ter o controle das atividades que irão acontecer. O primeiro passo para estabelecer a rotina é ver a criança como um sujeito histórico e social, capaz de desenvolver suas curiosidades, afetos, sentimentos, amizades e sua identidade cultural.

A ideia central é que as atividades planejadas devem contar com a participação ativa das crianças garantindo às mesmas a construção das noções de tempo e de espaço, possibilitando-lhes a compreensão do modo como as situações são organizadas e, sobretudo, permitindo ricas e variadas interações sociais. A infância corresponde a um período especial, que requer atenção, onde a criança enfrentará vários desafios.

Assim, entende-se as atividades de rotina como aquelas que devem ser realizadas diariamente. Isso não significa que se deve transformar o dia-a-dia escolar em uma planilha com atividades rígidas e inflexíveis, mas sim adequar as

atividades diárias ao ritmo da instituição, das crianças e do professor. Portanto, a rotina pode e deve sofrer modificações e inovações quantas vezes forem necessárias durante o ano letivo.

A rotina é compreendida como uma categoria pedagógica da Educação Infantil que opera como uma estrutura básica organizadora da vida cotidiana diária em certo tipo de espaço social, creches ou pré-escola. Devem fazer parte da rotina todas as atividades recorrentes ou reiterativas na vida cotidiana coletiva, mas nem por isso precisam ser repetitivas (BARBOSA, 2006: 201).

Levando em consideração as necessidades da criança, é fundamental que dentre os elementos que compõem a rotina façam parte os horários de alimentação, higiene, escovação de dentes, alimentação, rodas de músicas, leitura entre outros estímulos que colaborem com o desenvolvimento da criança.

2.3 PROPOSTA DO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir do diagnóstico realizado pelas Coordenações de Educação Infantil/ Ministério da Educação das propostas pedagógicas e dos currículos de educação infantil de vários estados e municípios brasileiros em 1996 pode-se observar alguns dados importantes que contribuem para a reflexão sobre a organização curricular e seus componentes.

Com o objetivo de tornar visível uma possível forma de articulação, a estrutura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI relaciona objetivos gerais específicos, conteúdos e orientações didáticas numa perspectiva de operacionalização do processo educativo. Portanto, estabelece uma integração curricular na qual os objetivos gerais para a educação infantil norteiam a definição de objetivos específicos para os diferentes eixos de trabalhos. Desses objetivos específicos decorrem os conteúdos que possibilitam concretizar as intenções educativas.

O RCNEI criado em 1998, em três volumes, pelo Ministério da Educação, propõe a indissociabilidade das ações de cuidar e educar crianças de 0 a 5 anos idade, sem hierarquizar os profissionais ou a instituição que atuam com as crianças pequenas. De acordo com o Referencial, educar significa:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (RCN, vol. 1, 1998: 23).

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhes são próximas e com o meio que as circundam, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (RCN, vol.1, 1998: 21).

No processo de construção e conhecimento, as crianças se utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem.

Desse modo, a ação de cuidar na educação infantil compreende ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, cuidar significa valorizar e auxiliar no desenvolvimento das capacidades, tal desenvolvimento depende dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva, a qualidade da alimentação, da saúde e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

Outra parte importante que consta no primeiro módulo do referencial é a ação de brincar como função importante para o desenvolvimento da criança no âmbito da creche e a identificação dessas necessidades sentidas e expressas pelas crianças, depende também da compreensão que o adulto tem das várias formas de comunicação que elas, em cada faixa etária possuem e desenvolvem.

Sendo assim, a brincadeira favorece o desenvolvimento individual da criança, ajuda a internalizar as normas sociais e a assumir comportamentos mais avançados que aqueles vivenciados no cotidiano, aprofundando o seu conhecimento sobre as dimensões da vida social. Na educação de modo geral, e principalmente na Educação Infantil o brincar é um potente veículo de aprendizagem experiencial, visto

que permite, através do lúdico, vivenciar a aprendizagem como processo social. Entretanto, cuidar é definido como:

[...] parte integrante da educação, embora exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica, ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (RCN/I, vol.1, 1998: 24).

Assim, através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, ainda propiciando à criança o desenvolvimento de áreas da personalidade como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, vol. 1, 1998: 27):

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança é, sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornará mais independente e mais autônoma.

Ainda se tratando do primeiro volume do RCNEI, outro ponto a ser destacado é o aprendizado em situações orientadas onde o educador faz as intervenções necessárias para que as crianças possam em situações de interação ou sozinhas serem capazes de ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos e códigos sociais.

Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos

prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas (BRASIL, vol. 1, 1998:30).

O segundo volume do referencial aborda a formação pessoal e social, a construção da identidade e da autonomia que depende das interações socioculturais como a vivência e experiências consideradas essenciais à fusão e diferenciação e a construção de vínculos. O processo de fusão e diferenciação trabalha a idéia de que ao nascer, a criança encontra-se em um estado de fusão, ou seja, não diferencia o seu próprio corpo e os limites do seu desejo.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias.

A construção da identidade e da autonomia diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações da vida. A identidade é um conceito do qual faz parte a idéia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal.

Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição. Nesse sentido, pode desenvolver sentimentos de desejos e frustrações que, quando essa criança se encontra inserida num ambiente de afeto e atenção podem contribuir para o desenvolvimento pessoal, pois propiciam momentos de diferenciação entre ele e outro.

Desde o nascimento, as crianças se orientam prioritariamente para o outro, inicialmente para os adultos próximos, que lhes garantem a sobrevivência, propiciando sua alimentação, higiene, descanso. As pessoas com quem construíram vínculos afetivos estáveis são seus mediadores principais, sinalizando e criando condições para que as crianças adotem condutas, valores, atitudes e hábitos

necessários à inserção naquele grupo ou cultura específica. A orientação para o outro, além de lhes garantir acesso a um grande conjunto de informações que este outro lhes proporciona, evidencia uma característica básica do ser humano que é a capacidade de estabelecer vínculos. O RCNEI aborda também questões voltadas à sexualidade enfatizando que:

Dentre as questões relacionadas à sexualidade, as relações de gênero ocupam um lugar central. Há um vínculo básico entre o gênero de uma pessoa e suas características biológicas, que a definem como do sexo feminino ou masculino. Perceber-se e ser percebido como homem ou mulher, pertencendo ao grupo dos homens ou das mulheres, dos meninos ou das meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida e durante a adolescência (BRASIL, Vol. 2, 1998:19).

A estrutura familiar na qual se insere a criança fornece-lhe importantes referências para sua representação quanto aos papéis de homem e mulher. Em um mesmo grupo de creche ou pré-escola, as crianças podem pertencer a estruturas familiares distintas, como uma que é criada pelo pai e pela mãe, outra que é criada só pela mãe, ou só pelo pai, ou ainda outra criada só por homens ou só por mulheres.

Além do modelo familiar, as crianças podem constatar, por exemplo, que nas novelas ou desenhos veiculados pela televisão, homem e mulher são representados conforme visões presentes na sociedade. Essas visões podem influenciar a sua percepção quanto aos papéis desempenhados pelos sujeitos dos diferentes gêneros. Para favorecer o desenvolvimento da autonomia é necessário que o professor compreenda os modos próprios de as crianças se relacionarem, agirem, sentirem, pensarem e construïrem conhecimentos.

A fonte original da identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida. Em geral, a família é a primeira matriz de socialização. Ali, cada um possui traços que o distingue dos demais elementos, ligados à posição que ocupa (filho mais velho, caçula etc.), ao papel que desempenha, às suas características físicas, ao seu temperamento, às relações específicas com pai, mãe e outros membros etc. As crianças vão, gradualmente, percebendo-se e percebendo os outros como diferentes, permitindo que possam acionar seus próprios recursos, o que representa uma condição essencial para o desenvolvimento da autonomia.

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem.

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros. Em relação às regras, além de se manter a preocupação quanto à clareza e transparência na sua apresentação e à coerência das sanções, é preciso dar oportunidade para que as crianças participem do estabelecimento de regras que irão afetar-lhes diretamente.

No terceiro volume do referencial também desenvolvido pelo MEC aborda o conhecimento de mundo visava contribuir com o objetivo socializador dessa etapa educacional que é a Educação Infantil propiciando o acesso e a ampliação, pelas crianças dos conhecimentos da realidade social e cultural. Todo o ser humano se desenvolve e aprende interagindo com o mundo que o cerca, na pré-escola a criança entende muita sobre o mundo, nessa fase já construiu idéias e pensamentos em relação uns com os outros.

Entretanto, para se trabalhar com crianças deve-se possuir diversos materiais para que elas explorem todas as áreas de conhecimento, assim tem-se certa facilidade de expor a elas, O educador tem um papel importante na seleção dos assuntos a serem trabalhados, como também a forma para desenvolver, sistematizar, registrar e avaliar, no entanto, essa seleção deve funcionar também de acordo com a decisão da criança. O que se pretende é que as crianças absorvam nesta fase é a capacidade de observar, o desejo de experimentar, a curiosidade de saber e a atitude crítica.

A diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo da educação infantil reflete diferentes concepções quanto ao sentido e funções

atribuídas ao movimento no cotidiano das creches, pré-escolas e instituições afins. Pode-se dizer que no início do desenvolvimento predomina a dimensão subjetiva da motricidade, que encontra sua eficácia e sentido principalmente na interação com o meio social, junto às pessoas com quem a criança interage diretamente. É somente aos poucos que se desenvolve a dimensão objetiva do movimento, que corresponde às competências instrumentais para agir sobre o espaço e meio físico.

Os conteúdos deverão priorizar o desenvolvimento das capacidades expressivas e instrumentais do movimento, possibilitando a apropriação corporal pelas crianças de forma que possam agir com cada vez mais intencionalidade. Devem ser organizados num processo contínuo e integrado que envolve múltiplas experiências corporais, possíveis de serem realizadas pela criança sozinha ou em situações de interação. Os diferentes espaços e materiais, os diversos repertórios de cultura corporal expressos em brincadeiras, jogos, danças, atividades esportivas e outras práticas sociais são algumas das condições necessárias para que esse processo ocorra. (BRASIL, vol. 3, 1998:28).

Nesse sentido, o professor deve buscar inserir em sua rotina na sala de aula, momentos que se desenvolvam atividades de movimentos para que a criança possa ser capaz de ampliar suas possibilidades expressivas, explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento além de apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Ainda explicita algumas diretrizes para o educador quanto às atividades envolvendo os movimentos deixando evidente que o profissional deve ficar atento não somente à postura dos alunos e sim, a sua enquanto realiza os movimentos e ainda mais:

O professor deve refletir sobre as solicitações corporais das crianças e sua atitude diante das manifestações da motricidade infantil, compreendendo seu caráter lúdico e expressivo. Além de refletir acerca das possibilidades posturais e motoras oferecidas no conjunto das atividades, é interessante planejar situações de trabalho voltadas para aspectos mais específicos do desenvolvimento corporal e motor (BRASIL, 1998:39)

Nessa perspectiva, o professor deverá avaliar constantemente o tempo de contenção motora ou de manutenção de uma mesma postura de maneira a adequar as atividades às possibilidades das crianças de diferentes idades. Outro aspecto

importante constante no RCNEI, volume 3 é a construção da aprendizagem da linguagem oral e escrita e a criação de um ambiente que propiciem esse ato como afirma em:

Para aprender a ler e a escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem. Isso significa que a alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, memorização e treino de um conjunto de habilidades sensório-motoras. É, antes, um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas. (BRASIL, vol. 3, 1998:130).

A educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Dessa forma, a criação de um ambiente que estimule a criança à aprendizagem se torna uma responsabilidade do educador.

Entendendo isso, compreende-se que cabe à escola unir os conceitos de linguagem e interferência desta com o mundo e também cabe a ela alicerçar esse conceito como a proposta do letramento num entendimento de que esse aluno é um sujeito social e que aprende e tem função social. Enfim, estabelecendo essa relação do aluno como sujeito social, a escola está desempenhando seu papel de ensinar à criança não apenas a leitura habitual da escola, mas levá-la a aprender a ler o mundo.

Nesse sentido, é necessário, que o professor tenha um bom preparo para que possa realizar suas atividades de maneira adequada para a educação infantil sendo um facilitador no processo de aprendizagem dessas crianças e mediador entre elas e o mundo que as cercam.

3 OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DO CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO, ITAITUBA/PA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

O presente estudo tem por base a pesquisa qualitativa e descritiva a fim de contextualizar a teoria e a práxis educacional, para isso torna-se necessário alguns procedimentos metodológicos dentre eles foram adotados o levantamento bibliográfico que discutem o perfil do profissional da educação infantil, tendo por base a estruturação do estudo baseando em alguns autores dentre eles, BRASIL (1998), RIZZO (2003), KUHLMANN Jr. (1998), CRAIDY e KAERCHER (2001), OLIVEIRA (1995, 1996, 1997, 2002, 2006), no intuito de se obter o máximo de informações que venha a contribuir para a resolução das problemáticas apresentadas.

Realizou-se também uma pesquisa de campo com caráter investigativo e exploratório, com ênfase na análise do Centro Municipal de educação infantil Chapeuzinho Vermelho localizado no município de Itaituba-PA, em que foi possível analisar como acontece esse processo, seus desafios e possibilidades. Para coleta de dados foram utilizados instrumentos como, questionários aplicados a 5 (cinco) professores da Educação Infantil. Pois, segundo BOGDAN & BIKLEN (1994:134), as entrevistas podem se construir na estratégia dominante na coleta de dados e podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas, as questões respondidas foram tabuladas de acordo com as respostas visando compreender de uma forma clara o contexto educacional em que esse profissional da educação se encontra inserido.

3.2 PERFIS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa tornou-se necessário conhecer alguns traços dos educadores atuantes no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, no intuito de melhor subsidiar o estudo e fazer corretamente a análise dos dados coletados. Trata-se de cinco professores qualificados e habilitados em Pedagogia e com período de atuação na Educação Infantil que varia de um a quinze

anos de atuação nessa modalidade de ensino, lecionando para classes compostas de 15 a 22 alunos distribuídos nas turmas de Maternal, Jardim I e Jardim II.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

O Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho fica localizado à trav. Manoel Pereira de Sousa, S/N, Bairro Boa Esperança, município de Itaituba/PA. Foi fundada em 1991 na gestão do então prefeito Benigno Olazar Regis, ainda com a denominação de Creche. As atividades desenvolvidas nesse período eram voltadas ao cuidar das crianças de forma que as mesmas tivessem um atendimento de acordo com as suas necessidades físicas, psicossociais e intelectuais.

A partir do ano de 2007, já com uma nova nomenclatura, agora denominados Centro Municipal de Educação Infantil passa a ser responsabilidade da SEMECD (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto), de acordo com a LDB 9394/96, resolução de 09 de janeiro de 1999, que fixa as diretrizes para a Educação. Tendo como base essa resolução foi implantado um novo sistema de ensino infantil, visando um atendimento diferenciado em relação ao realizado nas creches, pois a finalidade desse atendimento é proporcionar um ambiente favorável a aquisição de conhecimento às crianças, aplicando técnicas pedagógicas diversificadas e atualizadas de acordo com as propostas curriculares estabelecidas pelo órgão competente.

No sentido de adaptar os educadores a essa nova proposta pedagógica, foram realizados vários encontros, nos quais os professores receberam orientações sobre como elaborar projetos a serem aplicados neste novo nível de ensino, bem como ampliação e reforma das estruturas físicas adaptando-as de acordo com o estabelecido pelo MEC. Esta Unidade Escolar busca o aprimoramento e a qualidade educacional e tem como filosofia de trabalho: “Oferecer condições para que a criança aprenda, para que ela construa seu conhecimento, e desenvolva todas as suas potencialidades num processo natural, gradativo, dentro do seu próprio ritmo e condições cognitivas e de forma prazerosa”.

Atende em dois turnos: manhã e tarde com as seguintes turmas: 02 de maternal, 03 de jardim I e 03 de jardim II, totalizando cento e setenta e duas crianças com a faixa etária de 03 a 05 anos e dispõe hoje de dezoito (18) funcionários, sendo

03 vigias, 02 auxiliares administrativos, 02 auxiliares de serviços gerais, 02 merendeiras, 07 professoras regentes, 02 auxiliares readaptadas. O Centro de Educação Infantil encontra-se sob a responsabilidade da diretora pedagoga Tereza de Sales Vieira a qual vem desempenhando um bom trabalho em prol do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

3.4 CONCEPÇÕES DOS PROFISIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabendo da necessidade da articulação entre o saber teórico e prática educativa buscou-se conhecer a realidade educativa do Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, para tanto foi desenvolvido um questionário e aplicado aos professores a fim conhecer suas concepções pedagógicas e seus desafios. Dessa forma ocorreu o primeiro questionamento: **Como aconteceu seu ingresso como docente na educação infantil?** O relato dos professores está no quadro 1.

Profº	Relatos
P ₁	<i>Sou concursada como pedagoga para as series iniciais e então veio o convite para trabalhar no referido centro feito pela diretora no momento.</i>
P ₂	<i>Através de concurso, porém sou concursada de 1º ao 5º ano, mais o trabalho com a educação infantil surgiu da oportunidade aqui no Chapeuzinho Vermelho.</i>
P ₃	<i>Através de um estágio supervisionado.</i>
P ₄	<i>Após cursar o magistério já comecei atuar na ED. Infantil. Mas atuei também alguns anos no Ensino Fundamental e na EJA, atualmente só estou atuando na Ed. Infantil.</i>
P ₅	<i>Fui convidada pela diretora da época e me identifiquei bastante com o infantil.</i>

Quadro 1. Como aconteceu seu ingresso como docente?

Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

Conforme o relato dos entrevistados, eles ingressaram na Educação Infantil por meio de concurso público ou convite após estágio supervisionado, cabe ressaltar que todos possuem curso superior na área de Licenciatura Plena em Pedagogia e o estágio é a forma de preparar o formando para atuar na área educacional sendo o mesmo promovido pela instituição de ensino e amparado nas leis que rege a educação.

Nesse sentido, percebe-se que os docentes estão capacitados para exercerem suas funções com a qualidade necessária visto que, são profissionais com a devida habilitação de acordo com a LDB 9394/96 e que demonstram grande

empenho no desenvolvimento de suas atribuições, objetivando o contribuir de forma eficaz na formação dos educandos.

Por se tratar de profissionais que atuam na formação educacional e que possuem influência no desenvolvimento da personalidade dos educandos buscou-se aprofundar o conhecimento sobre o que pensam dos seus alunos, fez-se o segundo questionamento: **Qual sua concepção de criança?** O relato está no quadro 2.

Profº	Relatos
P ₁	<i>A criança hoje é um ser fértil, no sentido de que se bem cuidado e instruído produzirá excelentes frutos, ou seja, a formação da criança será produto do meio que ela está inserida e das instruções recebidas. A criança é especial, limpa do bem e do mal e está pronta para ser cultivada.</i>
P ₂	<i>Ser humano que deve ser respeitada, cuidada e repassar carinho e se possível o verdadeiro amor.</i>
P ₃	<i>Criança é um ser inofensivo, indefeso que necessita de orientação e cuidado especial.</i>
P ₄	<i>As crianças são seres incríveis, inteligentes e agradáveis de conviver. Trabalhar com elas têm muito a nos ensinar, além do amor do carinho que nos transmitem.</i>
P ₅	<i>Um ser humano que devemos cuidar e respeitar seus direitos com responsabilidade.</i>

Quadro 2. Qual a sua concepção de criança?

Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

Pode-se concluir com base nas respostas obtidas que os professores deste Centro de Educação infantil têm uma visão fraternal de seus alunos os quais merecem todo respeito e dedicação por parte dos profissionais, deve-se ressaltar que a educação da criança é papel não só da escola e sim da família e de toda sociedade direito esse que está presente nas legislações educacionais.

Nesse sentido, sabendo da importância do perfil do educador que trabalha com crianças tornou-se relevante o terceiro questionamento: **Em sua opinião, quais as competências que o profissional da educação infantil (professor) deve ter?** Pode-se observar as respostas dos professores no quadro 3.

Profº	Relatos
P ₁	<i>Em primeiro lugar uma formação acadêmica referente; depois afinidade, comprometimento e disposição.</i>
P ₂	<i>Compromisso com horário e trabalho, ser educado com adultos e crianças e ser sensível às diferenças que as crianças nos repassa em questão de comportamento em sala de aula.</i>
P ₃	<i>Ser compreensivo, um facilitador, criativo, dominar as práticas pedagógicas da educação infantil.</i>

P₄	<i>Formação e especialização na área, compromisso e responsabilidade, gostar do que faz, fazer seu planejamento para desempenhar bem seu trabalho e ter tempo para todas as atividades.</i>
P₅	<i>Saber usar métodos os quais desenvolva a linguagem oral, no falar e escutar do aluno. Ter noção de espaço, cores, formas..., e acima de tudo compromisso com o seu trabalho.</i>

Quadro 3. Quais as competências que o educador infantil deve ter?

Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

Pode-se perceber que além da formação profissional necessária ao exercício da função, ser licenciado Pleno em Pedagogia, para ser professor na educação infantil é necessário ter empenho, compromisso, planejamento e acima de tudo estar sempre em busca de novos conhecimentos que visem estimular o desenvolvimento intelectual e cognitivo da criança.

Continuando a entrevista, foi perguntando na quarta questão: **Em sua opinião, o “brincar” se opõe à ordem e a disciplina necessária ao aprender?**

Profº	Relatos
P₁	<i>Depende do brincar, se for com objetivos, direcionamento e acompanhamento, pelo contrário; ele se torna um dos principais veículos de aprendizagem.</i>
P₂	<i>Sim, já se trabalha com o aprender brincando ou brincando e aprendendo. É claro que até mesmo as brincadeiras precisam ser planejadas e com o que objetivos se pretende alcançar.</i>
P₃	<i>Não, o brincar deve ser associado ao cotidiano educacional porém a disciplina precisa estar em conjunto.</i>
P₄	<i>Não, pelo contrário através do aprender brincando a criança aprende mais a respeitar as ordens e disciplinas que são impostas a elas. E o aprender se torna mais significativo e prazeroso.</i>
P₅	<i>Não, através das brincadeiras dirigidas às crianças adquirem cada vez mais autonomia.</i>

Quadro 4. O “brincar” se opõe à ordem e a disciplina necessária ao aprender?

Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

De acordo com o resultado obtido a maioria dos educadores se mostra favorável ao brincar desde que seja associado ao conhecimento e ao planejamento, demonstrando que através de atividades lúdicas a criança consegue aprender desde noções básicas de direcionamento e respeito ao outro, assim como também produzir um saber mais prazeroso, mais significativo. É evidente que a brincadeira deve ser acompanhada e dirigida pelo professor e objetiva, o desenvolvimento pleno dos alunos.

E por se tratar de criança, um ser ativo e em constante movimento, buscou-se durante a apresentação do questionário identificar fatores que possa vir a contribuir

ou até mesmo prejudicar o desenvolvimento do processo educativo. Para realizar um bom planejamento de suas atividades o professor deve estar atento não somente a grade curricular, mas também ao desenvolvimento da criança nesse contexto foi necessário o quinto questionamento: **Quais os seus maiores desafios com relação ao desenvolvimento da criança da Educação Infantil?**

O gráfico 1 demonstra o resultado em que a maioria (30%) destacou a falta de formação continuada em Educação Infantil como um dos maiores desafios.

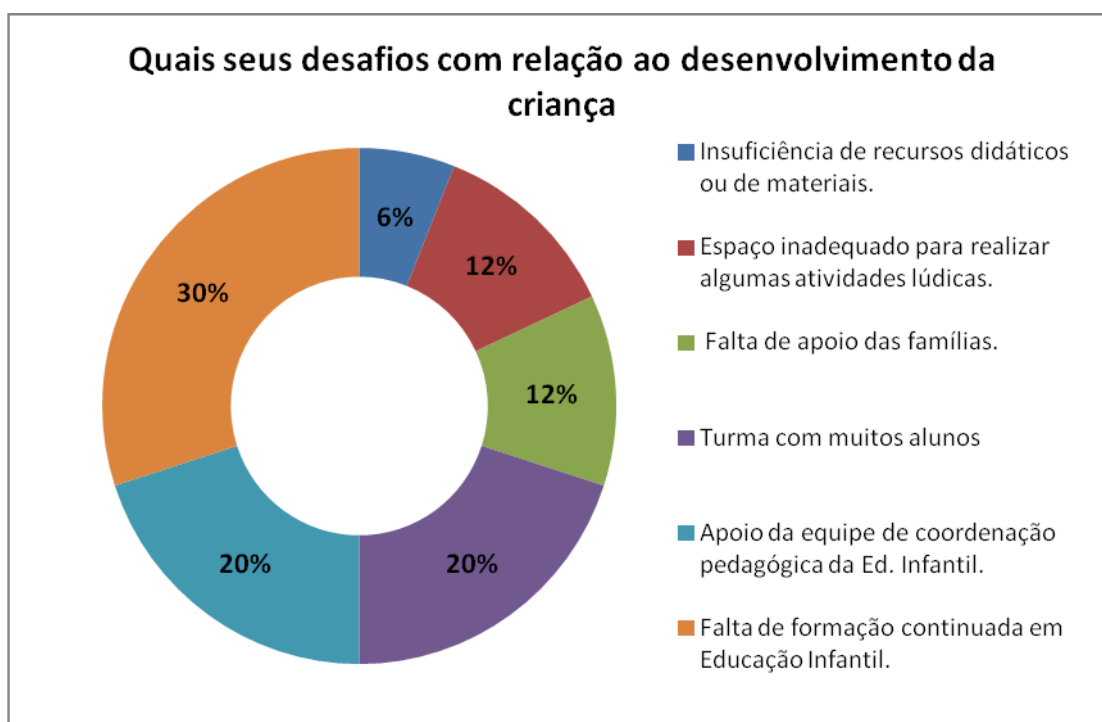


Gráfico 1. Quais seus desafios com relação ao desenvolvimento da criança?
Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

Conforme os dados apresentados um dos maiores desafios presente no cotidiano do professor da Educação Infantil é a falta de formação continuada que propicia ao educador uma melhor qualificação, seguida pela presença de muitos alunos na sala de aula com 20%, o que dificulta o acompanhamento individual dos alunos, e ainda foi ressaltada com 20%, a falta de participação e apoio da equipe de coordenação pedagógica, uma vez que os educadores necessitam de orientação para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas.

Ainda nesse sentido, dentre as outras opções ainda é possível destacar a falta de espaço, e a falta de apoio das famílias que acaba prejudicando o rendimento

educacional e ainda a insuficiência de recursos didáticos que inviabiliza a execução de uma aula prática e prazerosa para os educandos.

Muito se fala sobre oferecer um espaço de acesso à leitura e escrita antes mesmo da criança entrar no ensino fundamental e que existem opiniões divergentes. Sobre essa situação tornou-se relevante o sexto questionamento: **Em sua opinião, é competência da Educação Infantil encaminhar o aluno alfabetizado (lendo e escrevendo) para o ensino fundamental?**

Profº	Relatos
P ₁	<i>Não é competência da educação Infantil, porém, quando a criança é bem instruída e bem acompanhada pela família, o ler e escrever flui naturalmente e a escola não irá tolher a criança.</i>
P ₂	<i>O fato é que temos crianças mais desenvolvidas do que outras, por incentivos da pais, tios e etc. E não podemos fazer vista grossa e não trabalhar esse lado da leitura e da escrita. Contudo eles têm o 1º, 2º, e 3º ano para aprimorar mais e mais o que foi ensinado na Educação Infantil.</i>
P ₃	<i>Não é competência, porém é satisfatório quando o aluno consegue estar alfabetizada na Educação Infantil.</i>
P ₄	<i>Não, a criança está em fase de desenvolvimento e por lei têm até o terceiro ano do ensino fundamental para ser alfabetizada. É claro que a criança que passa pela Ed. Infantil está muito bem preparada para ingressar no Ens. Fundamental. Pois na Ed. Infantil ela recebe conhecimentos e desenvolve habilidades que irão auxiliar e contribuir nas serie seguintes.</i>
P ₅	<i>Não! Nosso papel é que eles saiam conhecendo as letras do alfabeto e alguns numerais e no jardim II se for o caso alguns já saiam lendo!.</i>

Quadro 5. É competência da EI encaminhar o aluno alfabetizado para o EF?
Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

De acordo com as respostas obtidas, percebe-se que ainda existem contradições sobre a alfabetização na educação infantil sendo que a maioria acredita que não é competência dos professores da educação infantil encaminhar o aluno alfabetizado para o ensino fundamental, contudo é motivo de alegria para os profissionais, sabendo que a aprendizagem da leitura e da escrita não ocorre da mesma forma para todas as crianças e que isso requer uma participação efetiva da família.

A criança começa a desenvolver a escrita antes mesmo de ingressar na escola, por meio da visão de mundo que ela presencia. Todavia a criança, ao ingressar na escola, se depara com a escrita, percebendo-a como se fosse uma atividade nova, Nesse contexto cabe ao professor incentivar essa aprendizagem através de momentos devidamente planejados como a hora da leitura em sala de

aula, assim como também momentos que propiciem a escrita como forma de contribuir no aprendizado do aluno.

O processo educativo requer uma avaliação contínua dos resultados obtidos pelo aluno em todos os níveis de ensino buscando diagnosticar as dificuldades dos docentes a fim de auxiliá-los no processo educativo. Na educação infantil não é definido notas e sim o desempenho dos alunos em alguns aspectos do desenvolvimento, cognitivo, psicomotor, social, dentre outros. Nesse contexto fez-se necessário o sétimo questionamento: **Como acontece o processo de avaliação do desenvolvimento das crianças?**

Profº	Relatos
P ₁	A criança é avaliada desde o primeiro momento em que chega ao ambiente escolar, perdurando esse processo por todo o ano letivo, a avaliação leva em consideração os fatores sociais, cognitivos, afetivos, comportamental, motor, físico e familiar.
P ₂	Ele é diário, pois quando elas vêm para a escola, já trazem uma base de casa junto com a família.
P ₃	Através do aprendizado diário, das observações, do desempenho do aluno na execução das atividades propostas.
P ₄	A criança é avaliada por meio de observações continua e a cada bimestre é feito o relato dessas observações que chamamos de parecer pedagógico da criança.
P ₅	Através de parecer pedagógico (diagnóstico inicial), 1º, 2º, 3º e 4º bimestre. E diariamente nós professores observamos como estão evoluindo.

Quadro 6. Como acontece o processo de avaliação do desenvolvimento das crianças?
Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

Ao analisar as respostas obtidas dos profissionais percebe-se que a avaliação dos alunos é um processo fundamental no início do ano letivo, pois, a avaliação diagnóstica é uma ferramenta para o professor descobrir o que os alunos já sabem e como resolvem as situações-problemas. Porém, tal avaliação na educação infantil segundo BRASIL (2012:10) deverá está ligado ao processo de desenvolvimento das ações pedagógicas, redirecionamentos de trajetórias, subsídios para decisões e formulações de políticas e planos.

[...] a avaliação da educação infantil, a ser implementada pelo MEC/INEP, deve pautar-se na construção de um instrumento nacional com objetivo de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola. [...] não cabe instrumento, estratégia ou metodologia de avaliação da criança, tendo em vista que conhecimentos de diferentes áreas como da Pedagogia da Infância, da Psicologia do Desenvolvimento há muito tem questionado o uso de instrumentos de avaliação do desenvolvimento infantil porque esses

partem de pressupostos de que todos se desenvolvem da mesma maneira, no mesmo ritmo, e porque seu uso não considera a diversidade cultural e social em que os indivíduos se desenvolvem. Além disso, a utilização de tais instrumentos em ambientes educacionais traz grande risco de rotulação e estigmatização das crianças que “não se saem bem”, atribuindo-se à criança o fracasso e desviando-se o foco das práticas pedagógicas e das interações, essas sim, importantíssimas para a promoção do desenvolvimento e aprendizagem das crianças (BRASIL, 2012:10).

Nesse sentido, a avaliação do aluno não deve servir para rotulações e sim para a construção de planejamentos efetivos para o desenvolvimento do processo educativo considerando as peculiaridades de cada indivíduo.

No que se trata da infraestrutura do Centro de Educação Infantil foi perguntado no oitavo questionamento: **Qual a condição de infraestrutura oferecida pelo CMEI para atendimento às crianças?**

Na justificativa para as respostas obtidas, segundo os professores, este Centro ainda não está adequado para oferecer o atendimento necessário, pois falta espaço, materiais pedagógicos e tecnológicos, que venha a contribuir com um melhor desempenho tanto dos profissionais quanto dos alunos. Dessa forma é importante salientar que mesmo em tais condições, os educadores assumem o compromisso de promover condições dignas e significativas para aprendizagem dos alunos.

Para tanto, é necessário que o professor seja qualificado e participe de ações que visam capacitar os profissionais da área educativa com cursos que devem ser oferecidos gratuitamente pelas Secretarias de Educação do município. Seguindo essa ótica de pensamento tornou-se indispensável o nono questionamento: **Com que frequência tem participado de cursos de capacitação na área em que atua? Pode citar alguns deles?** Como demonstrado no quadro 7.

Profº	Relatos
P ₁	Os cursos de capacitação geralmente são oferecidos pela coordenação de Ed. Infantil bimestralmente; porém nos últimos bimestre não foram realizados.
P ₂	Neste ano não participei de nenhum curso ofertado pela Secretaria Municipal de Educação.
P ₃	Quase não participei, pois iniciei recentemente na área.
P ₄	O município oferece cursos de formação continuada bimestralmente, sempre trabalhando temas relevantes à Ed. Infantil como: avaliação na Educação Infantil; jogos pedagógicos; o corpo em movimento, ludicidade na Educação Infantil, Educação Inclusiva e outros.
P ₅	Geralmente 2 vezes ao ano. Esse ano não teve nenhum.

Quadro 7. Tem participado de cursos de capacitação? Pode citar alguns deles?
Fonte: Professores da Educação Infantil (2015).

Segundo os professores, os cursos de capacitação geralmente são ofertado pela Secretaria Municipal de Ensino e que acontece de forma bimestral ou semestral. Contudo, esse ano essa formação não aconteceu o que deixa alguns professores decepcionados, pois se acredita que a atualização dos conhecimentos deve ser feita de forma constante para um bom desenvolvimento das suas funções. Porém, uma professora ressalta os cursos que ela já fez e que atualmente faz a diferença para o seu cotidiano no exercício da função.

Quando se fala em capacitação, os professores sempre retomam a idéia de formação continuada oferecida pelo setor responsável, porém é necessário que o processo de formação esteja voltado para a prática social, abrangendo uma reflexão contínua e coerente, de acordo com a prática que se pretende exercer. Nesse sentido, não somente esperar pelas oportunidades oferecidas pelo município e sim buscar nas instituições de ensino, cursos que aprimorem seus conhecimentos e consequentemente suas práticas e metodologias, o que refletirá numa melhor qualidade de atuação docente.

Os profissionais da educação vêem a importância da Formação Continuada como consequência da constatação de que o campo educacional é muito dinâmico, requerendo que os educadores lidem constantemente com novos conhecimentos a respeito do processo de ensino-aprendizagem. Essa situação requer, assim, que a base conceitual e as habilidades pedagógicas dos professores sejam constantemente expandidas e aprimoradas, de modo que consigam atender às novas demandas que a profissão apresenta-lhes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação Infantil deve voltar-se às habilidades cognitivas sem deixar de lado o desenvolvimento afetivo e físico. É preciso ensinar valores, regras, limites, como se relacionar bem com o outro. Esses pontos não recebem muita atenção das escolas. O físico também é muito importante. Ela deve aprender a cuidar do corpo, se alimentar de maneira saudável, ter uma rotina. As experiências devem ser mais pausadas, para que ela realmente compreenda aquilo que está acontecendo e se desenvolva de acordo com sua faixa etária.

O objetivo da educação é propiciar condições para que a criança possa desenvolver suas habilidades e capacidades de se socializar. A criança desde muito cedo aprende a conviver com a sociedade, sendo ela um ser que merece atenção, cuidados, educação e essencialmente ter o direito de ser criança e brincar.

Percebeu-se na pesquisa com os educadores infantis que eles possuem uma concepção fraternal do ser que está em desenvolvimento e desta forma tem que lhes ser dado uma atenção especial principalmente no ambiente escolar, de acordo com os educadores a criança é um ser fértil que precisa ser cultivado, contudo esse carinho e cuidado deve acontecer de forma conjunta entre família e escola dando lhes a orientação necessária para seu crescimento e desenvolvimento.

Em relação às competências do profissional da educação infantil os próprios professores relataram que a base para o desempenho de um bom trabalho é a formação acadêmica, pois durante a formação o profissional obtém o conhecimento necessário para a realização do seu trabalho com qualidade e de acordo com as normas, outra questão abordada é o compromisso com a execução do trabalho realizá-lo da forma adequada respeitando os limites de cada fase da criança.

Os principais desafios citados pelos professores é a falta de formação continuada, a presença de muitos alunos na sala de aula e a falta de participação e apoio da equipe de coordenação pedagógica, esses fatores em conjunto contribui para um atendimento às vezes deficitário, contudo os profissionais que ali exercem essa função de educador buscam a cada dia superar os desafios encontrados trabalhando sempre em prol de uma educação de qualidade respeitando cada aluno enquanto ser em desenvolvimento e contando com o auxílio de toda a comunidade escolar.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Maria C. S. **A Rotina nas Pedagogias da Educação Infantil: dos binarismos à complexidade**, *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, Jan/Jun2006.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.1.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.2.

_____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.3.

_____. Parecer CEB nº 022 de 17 de dezembro de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF. Disp. em: www.portal.mec.gov.br.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

_____. **Educação Infantil**: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Consulta Pública. Brasília: 2012.

BUJES, Maria I. E. Escola Infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem. KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CAMPOS, M. M. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional da educação infantil. In MEC\ESF\COED. **Por uma formação do profissional de educação infantil**. Brasília. 1994.

CERUTTI, Elisabete. **O olhar do pedagogo sobre os arranjos espaciais na educação da infância**. Rio grande do sul – RS, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire; 2002.

KUHLMANN JR, Moisés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, 2006.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção Educação para todos; 6).

PINTO, Manuel. A infância como construção social In: SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. **As crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.

PLACCO, V. M. de S.; ALMEIDA, L. R. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Profissionais da Educação Infantil**: formação e construção de identidades. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Z. de M. R. **Educação infantil**: muitos olhares. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SARMENTO, M. J. **As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo**, 2007.

SEBASTIANE, Márcia T. **Fundamentos da educação infantil**. 2ª Ed. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

SOUZA, Gisele. **A criança em perspectiva**: o olhar do mundo sobre o tempo infância. São Paulo: Cortez, 2006.

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R. e LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizado**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

WEISS, Elfy M. Gohring. **O cuidado na escola infantil: contribuições da área da Saúde. Perspectiva: revista do centro de ciências da educação**. Florianópolis. Vol.17,n. especial; 1999.

APÊNDICE - Roteiro para entrevista com os professores

Identificação:

Nível de formação: _____

Tempo de trabalho na Educação Infantil: _____ anos.

Nº de alunos da turma em que atua: _____

1. Como aconteceu seu ingresso como docente na educação infantil?

2. Qual sua concepção de criança?

3. Em sua opinião, quais as competências que o profissional da educação infantil (professor) deve ter?

4. Em sua opinião, o “brincar” se opõe à ordem e a disciplina necessária ao aprender?

5. Quais os seus maiores desafios com relação ao desenvolvimento da criança da Educação Infantil?

() Ausência de livros didáticos ou insuficientes.

() Insuficiência de recursos didáticos, jogos educativos ou materiais para prepará-los.

() Pouco tempo disponível, pois há diversos conteúdos para trabalhar.

() Falta de formação continuada em Educação Infantil.

() Turma com muitos alunos.

() Falta de apoio das famílias.

() Outras. Quais? _____

6. Em sua opinião, é competência da Educação Infantil encaminhar o aluno alfabetizado (lendo e escrevendo) para o ensino fundamental?

7. Como acontece o processo de avaliação do desenvolvimento das crianças?

8. Qual a condição de infraestrutura oferecida pelo CMEI para atendimento às crianças?

() Regular () Boa () Excelente

Justifique.

9. Com que frequência tem participado de cursos de capacitação na área em que atua? Pode citar alguns deles?

Agradecemos a colaboração!